

SIDNEY CHALHOUB

Cidade febril

Cortiços e epidemias na Corte imperial

2ª edição



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1996 by Sidney Chalhoub

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Ettore Bottini

sobre *A hora do pão*, de Abigail Andrade (1889)

Imagem da capa

AKG Images / Fotoarena

Preparação

Regina di Stasi

Índice temático, toponímico e onomástico

Probo Poletti

Revisão

Isabel Cury

Agnaldo S. Holanda Lopes

Andrea Souza

Laura Victal

Coordenação editorial

Página Viva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chalhoub, Sidney

Cidade febril : cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub. —
2ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-3009-2

1. Cortiços — Rio de Janeiro (RJ) — História — Século XIX 2. Epidemias — Rio de Janeiro (RJ) — História — Século XIX 3. Rio de Janeiro (RJ) — História — Século XIX 4. Saúde pública — Rio de Janeiro (RJ) — História — Século XIX
1. Título.

96-2872

CDD-832.91

Índices para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Cidade : Cortiços : Século XIX : Condições sociais : História 981.531
2. Rio de Janeiro : Cidade : Epidemias : Século XIX : Condições sociais : História 981.531
3. Rio de Janeiro : Cidade : Saúde pública : Século XIX : Condições sociais : História 981.531

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Para o Lucas

Sumário

Apresentação e agradecimentos.....	9
1. Cortiços.....	17
Uma operação de guerra.....	17
Classes pobres, classes perigosas.....	23
O surgimento da ideologia da Higiene.....	33
As batalhas na administração pública.....	41
Saber, poder.....	53
...E lucro.....	60
Epílogo.....	65
2. Febre amarela.....	69
“Proverbial” salubridade.....	69
Febre amarela e teorias médicas na década de 1850.....	72
Febre amarela e política nos anos 1850.....	78
Raça, ambiente e aclimação.....	90
Febre amarela, política e ideologia racial nos anos 1870.....	99

3. Variola, vacina e “vacinophobia”	112
A historiografia recente sobre a Revolta da Vacina	112
Variolização e vacinação	118
Origens e evolução da “vacinophobia”	132
Médicos e vacinophobos populares.	143
Raízes culturais negras da tradição vacinophobica.	157
Cercos aos vacinophobos	177
Médicos e gatunos (intervalo lúdico)	189
Médicos e vacinophobos no movimento da história	192
I. (In)tolerância carioca e (des)governo da multidão	192
II. Teoria e política das práticas higienistas	197
III. Sobre nostalgia, testemunho histórico e historiografia.	211
Notas	218
Tabelas e ilustrações.	256
Fontes.	259
Principais fontes manuscritas consultadas.	259
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro	259
Maços sobre saúde pública.	259
Outras fontes	260
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.	260
Códices sobre cortiços	260
Códices sobre higiene pública, febre amarela e varíola/vacina	261
Fontes impressas citadas	262
Anais parlamentares, leis, relatórios, periódicos, textos médicos em geral.	262
Jornais.	266
Romances, crônicas, viajantes.	267
Bibliografia	268
Índice temático, toponímico e onomástico	278

Apresentação e agradecimentos

A pesquisa que originou este livro iniciou-se em meados de 1989, com uma investigação sobre os cortiços do Rio de Janeiro no século XIX. A preocupação inicial do projeto era reconstituir a experiência de negros escravos, libertos e livres nos cortiços cariocas. A expectativa do autor, surgida em trabalho anterior sobre escravidão urbana, era demonstrar a importância dessas habitações coletivas da Corte nas lutas sociais contra a escravidão nas últimas décadas do período monárquico. Mais precisamente, desejava reconstituir as práticas de solidariedade e organização das comunidades dos cortiços para a libertação de escravos à revelia de seus senhores — principalmente através da indenização de preço, recurso legalmente instituído pela Lei do Ventre Livre, em 1871. Buscava também explorar os cortiços como esconderijos dentro da cidade, fatores de embaralhamento de livres e cativos e, portanto, como rede de proteção a escravos fugidos e elemento desagregador da instituição da escravidão. Essas expectativas originais não foram propriamente malogradas, pois há, sim, testemunhos irretorquíveis sobre a relevância das solidariedades cons-

truídas nos cortiços para a luta dos negros pela liberdade. Enredado, porém, nas fontes produzidas pelas repartições públicas encarregadas de administrar as questões de saúde pública na capital, meu pacote mudou de rumo.

A análise da documentação manuscrita sobre habitações coletivas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro conduziu-me então, no mesmo arquivo, aos papéis da Junta Central de Higiene Pública, órgão do governo imperial encarregado de diagnosticar os problemas e sugerir políticas na área de saúde pública. Seguindo a mesma trilha, cheguei à correspondência entre a Junta de Higiene e o Ministério do Império, que se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Aos poucos, adquiri a obsessão de entender por dentro as práticas da administração pública, de explicá-las, de destrinchar os mecanismos (políticos, sociais, culturais) que fazem de administradores propriamente governantes — isto é, sujeitos que tomam decisões políticas a respeito das áreas ou questões prioritárias na atuação de um determinado governo. Foi ainda possível observar a gênese, ocorrida no Brasil precisamente no decorrer da segunda metade do século XIX, da ideologia da “administração competente” e da gestão “técnica” da coisa pública, algo que permitiu aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas.

Inteiramente beócio em assuntos de saúde pública, descobri com surpresa que na segunda metade do Oitocentos, ao falar de cortiços, os médicos higienistas mantinham a vista parcialmente voltada para os paquetes que demandavam o porto do Rio. Temiam o desembarque da febre amarela. Tornou-se evidente, aos poucos, que cortiços e epidemias de febre amarela eram assuntos indissociáveis para personagens eminentes do tempo de d. Pedro II. Os cortiços supostamente geravam e nutriam “o veneno” causador do vômito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro

da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano.

História construída no entrelaçamento de muitas histórias, a da febre amarela convergiu sistematicamente para a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX. Os cientistas da Higiene formularam políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade vigentes na Corte e no país em geral. Naturalmente, escolheram priorizar algumas doenças em detrimento de outras. A febre amarela, flagelo dos imigrantes que, esperava-se, ocupariam o lugar dos negros nas lavouras do Sudeste cafeeiro, tornou-se o centro dos esforços de médicos e autoridades. Enquanto isso, os doutores praticamente ignoravam, por exemplo, uma doença como a tuberculose, que eles próprios consideravam especialmente grave entre a população negra do Rio. A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação — promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia — e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira. O primeiro e o segundo capítulos do livro são uma história dos cortiços e epidemias de febre amarela “que grassavam” — como se dizia — na Corte imperial.

Enquanto escarafunchava maços e códices em busca de informações sobre cortiços e febre amarela, o pesquisador acumulava aos poucos um volume razoável de material sobre o problema da vacina antivariólica no Rio de Janeiro ao longo de todo o século XIX. Inteiramente beócio em assuntos de saúde pública, nem

sequer sabia que a famosa Revolta da Vacina, em 1904, fora talvez a “celebração” do centenário da introdução da prática da vacinação no país. Introduzida no Brasil em 1804, propagada pelo método da inoculação braço a braço, a vacina antivariólica era história velha, e eu não alcançava entender o porquê de os historiadores que escreveram sobre a revolta de 1904 não fazerem — via de regra — qualquer menção à história prévia do serviço de vacinação na Corte. Reconfortado pela ideia de uma ignorância compartilhada por ilustres companheiros de ofício, passei a perseguir metodicamente todas as pistas que encontrava sobre a questão da implantação e propagação da vacina antivariólica no país.

Este novo acidente no percurso da pesquisa foi ainda reconfortante porque permitiu, de certa forma, um retorno às preocupações que estavam na origem do projeto. Especialista em história social — por formação, teimosia e opção política —, fiquei logo fascinado pela possibilidade, que as fontes evidenciavam, de reconstituir na longa duração a experiência dos habitantes do Rio diante do serviço de vacinação. Finalmente encontrara uma brecha que permitia a recuperação de aspectos das concepções populares sobre doença e cura. Se a vacina tinha história longa, longuíssima era a tradição popular de resistência à vacinação. Mais ainda, se partira inicialmente à procura de negros escravos, libertos e livres lutando pela liberdade em cortiços da Corte, encontrara agora negros escravos, libertos e livres como portadores de uma densa tradição cultural, tradição essa que informava decisivamente a política “vacinophóbica” das classes populares cariocas. O terceiro capítulo do livro é uma história do serviço de vacinação e da cultura vacinophóbica no Rio de Janeiro ao longo de todo o século XIX. A última parte desse capítulo, concebida a partir da interpretação de uma crônica de Machado de Assis, funciona também como a conclusão geral do volume, pois busca inserir as histórias das políticas de saúde pública aqui narradas num es-

forço mais amplo de apreensão teórica das transformações históricas da sociedade brasileira na segunda metade do Oitocentos.

Como se vê, a estrutura do livro reproduz a trajetória da investigação empírica. Há vantagem e desvantagem em semelhante estratégia — como quiçá em qualquer outra. A vantagem é que o leitor poderá acompanhar em alguma medida o processo de descoberta do tema e seus problemas, o esforço paulatino de definição e redefinição dos rumos conceituais e empíricos do trabalho. A desvantagem consiste na frequente sensação de incompletude, lacunas, resultados parciais, ancoradouros provisórios. É como se o texto se ocupasse em focalizar esta ou aquela parte do problema, uma após outra, sem contudo buscar uma articulação mais definitiva entre as diversas dimensões da análise. Essa fragmentação é ilusória, resultado de uma opção narrativa e não de um projeto analítico. A última parte do terceiro capítulo pretende contar a História de todas as histórias anteriormente contadas.

Penso, de qualquer forma, que este livro não gozará da estima da gente grave, nem do amor dos frívolos. A gente frívola não encontrará nele suas historinhas habituais, ou as encontrará maculadas por questões de poder, ideologia, luta de classes e demais misérias da vida e da teoria. Os graves descartarão o trabalho como mais uma irreverência de um mero contador de histórias, obtuso aos encantos teóricos e imaginários do ofício de historiador. Quem dera fosse Brás Cubas, desafrontado do mundo como um defunto: “A obra em si mesma é tudo; se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus”.

Os agradecimentos são inicialmente para o pessoal dos arquivos e bibliotecas onde realizei a pesquisa. A maior parte do levantamento de fontes primárias foi feita no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e na

Biblioteca Nacional. Mais uma vez, devo um agradecimento especial a Eliseu de Araújo Lima, que me introduziu nos meandros da documentação sobre saúde pública existente no Arquivo Nacional. Na Unicamp, pesquisei alguns periódicos no Arquivo Edgard Leuenroth, e utilizei a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) para a consulta de parte da bibliografia secundária. Registro aqui minha gratidão para com Solange Vital de Souza, da biblioteca do IFCH, que localizou e obteve vários livros e artigos através do serviço de empréstimos entre bibliotecas.

Nos Estados Unidos, onde estive de setembro de 1991 a fevereiro de 1992 como bolsista da Fulbright/LASPAU, realizei pesquisas extensivas na Library of Congress, em Washington, na National Library of Medicine, em Bethesda, Maryland, e na McKeldin Library, da University of Maryland, College Park. Devo ao excelente serviço de “interlibrary loan” da biblioteca McKeldin a obtenção de boa parte da literatura médica estrangeira do século XIX que pude consultar. Minha principal dívida em College Park, porém, é para com o Freedmen and Southern Society Project e o departamento de história da University of Maryland, que me acolheram generosamente naqueles seis meses. Ira Berlin, Leslie Rowland, Terrie Hruzd, Steven Miller e Richard Price fizeram o que estava a seu alcance para possibilitar-me condições materiais confortáveis e ambiente intelectual propício ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas do departamento de história da Unicamp, agradeço a liberação para semestres de pesquisa no Rio de Janeiro e nos EUA. Michael Hall leu e comentou detalhadamente a versão anterior do segundo capítulo; além disso, continuou fiel ao seu estilo municiano-me regularmente com referências bibliográficas utilíssimas. Maria Clementina Pereira Cunha e Silvia Lara leram e criticaram boa parte do texto. Nosso trabalho conjunto com os alunos da linha de pesquisa em história social da cultura, na

pós-graduação em história da Unicamp, deu sopro renovador ao texto na fase decisiva de redação. Robert Slenes não orientou a pesquisa que resultou neste terceiro livro, mas continua sendo minha bússola intelectual. Seus estudos recentes sobre a África “encoberta e descoberta no Brasil”, de uma originalidade que tira o fôlego, fecundaram o argumento que procuro desenvolver no terceiro capítulo. Slenes presidiu ainda a banca do concurso público de livre-docência, que examinou uma versão ligeiramente diferente deste trabalho numa longa tarde/noite de abril de 1995. Além de Slenes, avaliaram a tese os professores Peter Burke, Margarida de Souza Neves, Marilena de Souza Chauí e Alcir Lenharo. Agradeço a todos pela leitura atenta e generosa, pelos comentários, correções e sugestões, que procurei incorporar à presente versão na medida do possível. Lilia Schwarcz leu cuidadosamente a tese, fazendo sugestões importantes para a sua transformação em livro.

Registro, finalmente, que os escritos deste historiador devem cada vez mais ao aprendizado contínuo resultante do trabalho do professor e orientador de estudantes de história. Ficaria encrencado se procurasse listar aqui os alunos a quem devo agradecimentos especiais — fiz isso no corpo do texto e nas notas de rodapé, sempre que possível. De qualquer forma, tenho dívida especial para com Gabriela dos Reis Sampaio, Itamarati de Lima e Miriam Rossi, bolsistas de iniciação científica (CNPq) em diferentes fases do projeto, e que muito me auxiliaram na coleta de dados no *Jornal do Commercio* e no *Diário do Rio de Janeiro*.

O CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — financiou o projeto praticamente desde o seu início. Não teria sido possível realizá-lo sem a concessão da bolsa de pesquisa pelo CNPq. Não fosse este auxílio, e considerando-se os níveis salariais atualmente vigentes nas universidades públicas paulistas, teria sido obrigado a vender conhecimento histórico a granel, no mercado, a quem pudesse interessar.

Vade retro coveiros das universidades públicas. Tenho mesmo é de agradecer à Sandra, companheira de tantos anos, que suportou galhardamente mais uma tese, além de escrever a sua própria e parir um filho no mesmo período. Boa parte do texto foi escrito na expectativa da chegada do Lucas, outro tanto foi surgindo na tela enquanto o menino engatinhava, depois andava, logo corria, e então escalava mesas e pilhas de papel, sempre ao redor do computador, ameaçando desligá-lo. Alegria, Lucas, pode apertar o botão.

1. Cortiços

UMA OPERAÇÃO DE GUERRA¹

Era o dia 26 de janeiro de 1893, por volta das seis horas da tarde, quando muita gente começou a se aglomerar diante da estalagem da rua Barão de São Félix, nº 154. Tratava-se da entrada principal do Cabeça de Porco, o mais célebre cortiço carioca do período: um grande portal, em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco, tinha atrás de si um corredor central e duas longas alas com mais de uma centena de casinhas. Além dessa rua principal, havia algumas ramificações com mais moradias e várias cocheiras. Há controvérsia quanto ao número de habitantes da estalagem: dizia-se que, em tempos áureos, o conjunto havia sido ocupado por cerca de 4 mil pessoas; naquela noite de janeiro, com toda uma ala do cortiço interditada havia cerca de um ano pela Inspeção Geral de Higiene, a *Gazeta de Notícias* calculava em quatrocentos o número de moradores. Outros jornais da época, porém, afirmavam que 2 mil pessoas ainda habitavam o local.²

Seja como for, o que se anunciava na ocasião era um verdadeiro combate. Três dias antes os proprietários do cortiço haviam recebido uma intimação da Intendência Municipal para que providenciassem o despejo dos moradores, seguido da demolição imediata de todas as casinhas. A intimação não fora obedecida, e o prefeito Barata Ribeiro prometia dar cabo do cortiço à força. Às sete horas e trinta minutos da noite, uma tropa do primeiro batalhão de infantaria, comandada pelo tenente Santiago, invadiu a estalagem, proibindo o ingresso e a saída de qualquer pessoa. Piquetes de cavalaria policial se posicionaram nas ruas transversais à Barão de São Félix, e outro grupo de policiais subiu o morro que havia nos fundos da estalagem, fechando o cerco pela retaguarda.

Os jornais do dia seguinte se deleitaram em publicar a impressionante lista de autoridades presentes à “decepção” do Cabeça de Porco — como dizia o *Jornal do Brazil*. O prefeito Barata Ribeiro e o chefe de polícia da Capital Federal assumiram pessoalmente o comando das operações; e uma numerosa equipe se fez presente para auxiliá-los: o dr. Emídio Ribeiro, engenheiro municipal, o dr. Artur Pacheco, médico municipal, o dr. Frederico Froes, secretário da Inspetoria Geral de Higiene, que compareceu acompanhado pelo delegado da Inspetoria no distrito, e mais o fiscal da freguesia, guardas fiscais, oficiais do exército, da armada, da brigada policial, e alguns intendentes (equivalentes aos atuais vereadores).

Consumado o cerco policial à estalagem, e posicionados os técnicos e autoridades, surgiram mais de cem trabalhadores da Intendência Municipal, adequadamente armados com picaretas e machados. Os empresários Carlos Sampaio e Vieira Souto, também presentes ao evento, providenciaram o comparecimento de outros quarenta operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil, para auxiliarem no trabalho de destruição. Finalmente, um grupo de bombeiros, com suas competentes mangueiras, se apre-

sentou para irrigar os terrenos e as casas, aplacando assim as densas nuvens de poeira que começavam a se levantar.

O Cabeça de Porco — assim como os cortiços do centro do Rio em geral — era tido pelas autoridades da época como um “valhacouto de desordeiros”. Diante de tamanho aparato repressivo, todavia, não parece ter havido nenhuma resistência mais séria por parte dos moradores à ocupação da estalagem. De qualquer forma, segundo o relato da *Gazeta de Notícias*, ocorreram algumas surpresas. Os esforços se concentraram primeiramente na ala esquerda da estalagem, a que estaria supostamente desabitada havia cerca de um ano. Os trabalhadores começavam a destelhar as casas quando saíram de algumas delas crianças e mulheres carregando móveis, colchões e tudo o mais que conseguiram retirar a tempo. Terminada a demolição da ala esquerda, os trabalhadores passaram a se ocupar da ala direita, em cujas casinhas ainda havia sabidamente moradores. Várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças. Mulheres e homens que saíam daqueles quartos “estreitos e infectos” iam às autoridades implorar que “os deixassem permanecer ali por mais 24 horas”. Os apelos foram inúteis, e os moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a *Gazeta*, porém, “muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob o entulho”. Os trabalhos de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não mais existia a célebre estalagem Cabeça de Porco.

O destino dos moradores despejados é ignorado, mas Lilian Fessler Vaz, autora do melhor e mais completo estudo sobre a história dos cortiços do Rio, levantou recentemente uma hipótese bastante plausível. O prefeito Barata, num magnânimo rompante de generosidade, mandou “facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveita-

das” em outras construções. De posse do material para erguer pelo menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem. Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres, e pelo menos uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos. Poucos anos mais tarde, em 1897, foi justamente nesse local que se foram estabelecer, com a devida autorização dos chefes militares, os soldados egressos da campanha de Canudos. O lugar passou então a ser chamado de “morro da Favela”.³ A destruição do Cabeça de Porco marcou o início do fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas. Nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa — ao varrer do mapa aquela “sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inolvidáveis”. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas.

As repercussões da destruição do famoso cortiço na grande imprensa do período foram um espetáculo à parte. Na *Revista Illustrada*, o evento foi saudado com um humor asqueroso: o leitor foi servido de um prato com uma enorme cabeça de porco, de olhos entreabertos e fisionomia lacrimojante, e sobre a qual se achava uma barata devidamente cascuda e repugnante. A reputação do cortiço demolido e a atividade do inseto na cabeça do porco eram descritas em versinhos:

*Era de ferro a cabeça,
De tal poder infinito
Que, se bem nos pareça,
Devia ser de granito.*

*No seu bojo secular
De forças devastadoras,
Viviam sempre a bailar
Punhos e metralhadoras.*

*Por isso viveu tranquila
Dos poderes temerosos,
Como um louco cão de fila
Humilhando poderosos.*

*Mais eis que um dia a barata,
Deu-lhe na telha almoçá-la,
E assim foi, sem patarata,
Roendo, até devorá-la!⁴*

Em geral, as notícias sobre o episódio louvavam a decisão e a coragem do prefeito com alusões à mitologia greco-romana. Em estilo gongórico bastante comum na imprensa do período, a *Gazeta* transfigurava o prefeito em Perseu, e o Cabeça de Porco em Cabeça de Medusa: assim, ficamos informados de que a ação do Barata foi tão corajosa quanto a do filho de Júpiter, que viajou até as proximidades dos infernos para dar cabo de um monstro de cabeça enorme e cabeleira de serpentes, temido pelos próprios imortais. Já no *Jornal do Brazil*, havia receio de que a estalagem fosse como “uma hidra igual à de que nos fala a mitologia”. A hidra era uma serpente de múltiplas cabeças, cujo hálito venenoso matava todos os que dela se aproximavam. Se cortadas, essas cabeças tinham a propriedade de renascer. Ou seja, o *Jornal do Brazil* parecia temer que o Cabeça de Porco pudesse ressurgir. Na mitologia, a derrota da hidra foi um dos trabalhos de Hércules. A moral da história do *JB* é que Barata Ribeiro, homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos “novos tempos”, e sua mis-